

Arquétipo, individuação e intersubjetividade: a dimensão psicossocial do sofrimento humano

Archetype, individuation and intersubjectivity: the psychosocial dimension of human suffering

Arquetipo, individuación e intersubjetividad: la dimensión psicossocial del sufrimiento humano

Paulo Afranio Sant'Anna¹

Resumo

O presente artigo inicia com uma breve contextualização da Psicologia Analítica indicando as condições históricas de seu surgimento e desenvolvimento, as diferentes terminologias e perspectivas adotadas no seu estudo e os desafios impostos pela sociedade e ciência contemporâneas. Apresenta os conceitos de arquétipo e individuação evidenciando a sua transformação ao longo do processo de construção teórica de Jung. A partir desses conceitos, busca identificar as constelações arquetípicas atuais e problematizar a relação entre as condições histórico-culturais contemporâneas e o sofrimento humano. Recorre a duas categorias da Sociologia Histórica, a modernidade e a pós-modernidade, para compreender a relação EU-OUTRO nos contextos intra e intersubjetivos e evidenciar padrões coletivos compensatórios nas patologias, nos fenômenos políticos e nas manifestações artísticas da contemporaneidade. Analisa subprocessos de diferenciação e integração evidenciando a importância da intersubjetividade no processo de individuação. Finaliza com prospecções sobre o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade nas próximas gerações.

Palavras-chave: Psicologia Analítica. Arquétipo. Individuação. Intersubjetividade. Contemporaneidade.

Abstract

The present article begins with a brief contextualization of Analytical Psychology indicating the historical conditions of its emergence and development, the different terminologies and perspectives adopted in its study and the challenges imposed by contemporary society and science. It presents the concepts of archetype and individuation evidencing its transformation throughout the process of theoretical construction of Jung. From these concepts, it seeks to identify the current archetypal constellations and to problematize the relation between contemporary historical-cultural conditions and human suffering. It resorts to two categories of Historical Sociology, modernity and postmodernity, to understand the I-OTHERS relationship in the intra and intersubjective levels and to demonstrate compensatory collective patterns in pathologies, political phenomena and contemporary artistic manifestations. It analyzes processes of differentiation and integration evidencing the importance of intersubjectivity in the process of individuation. It ends by exploring the development of the individual and of society in the next generations.

Keywords: Analytical Psychology. Archetype. Individuation. Intersubjectivity. Contemporaneity.

Resumen

¹ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Sant'Anna, P. A. Arquetipo, individuação e intersubjetividade: a dimensão psicossocial do sofrimento humano

El presente artículo comienza con una breve contextualización de la Psicología Analítica indicando las condiciones históricas de su surgimiento y desarrollo, las diferentes terminologías y perspectivas adoptadas en su estudio y los desafíos impuestos por la sociedad y la ciencia contemporáneas. Presenta los conceptos de arquetipo e individuación evidenciando su transformación a lo largo del proceso de construcción teórica de Jung. A partir de estos conceptos busca identificar las constelaciones arquetípicas actuales y problematizar la relación entre las condiciones histórico-culturales contemporáneas y el sufrimiento humano. Recurre a categorías de la sociología histórica, la modernidad y la posmodernidad, para comprender la relación YO-OTRO en los contextos intra e intersubjetivos y evidenciar patrones colectivos compensatorios en las patologías, los fenómenos políticos y las manifestaciones artísticas de la contemporaneidad. Analiza subprocesos de diferenciación e integración evidenciando la importancia de la intersubjetividad en el proceso de individuación. Finaliza haciendo prospecciones sobre el desarrollo del individuo y de la sociedad en las próximas generaciones.

Palabras claves: Psicología Analítica. Arquetipo. Individuación. Intersubjetividad. Contemporaneidad.

Contextualizando a teoria

A Psicologia Analítica, como qualquer teoria científica, surgiu e se desenvolveu em um determinado contexto histórico e cultural, a partir do qual deve ser compreendida. Jung situa a sua teoria em um longo processo histórico que teve início com a ativação do inconsciente coletivo no período da Revolução Francesa.

Este desenvolvimento de conteúdos reativados do inconsciente, que ainda persiste, levou nos últimos decênios a uma prodigiosa expansão de níveis subsequentes de desenvolvimento, isso é, a sistemas gnósticos ecléticos, à teosofia e à antroposofia e, ao mesmo tempo, aos primórdios da psicologia analítica que tem sua origem na psicologia francesa, especialmente da escola dos hipnotistas, e procura averiguar cientificamente os fenômenos do inconsciente [...]. Deste desenvolvimento pode-se deduzir que a psicologia analítica não é um fato isolado, mas pertence a um determinado quadro histórico. (Jung, 1993, p. 20)

Neste artigo, optou-se por empregar o termo Psicologia Analítica no lugar de Psicologia Junguiana, porque este personaliza o campo teórico na pessoa de Jung, o que pode gerar uma visão equivocada e limitada da teoria (Hillman, 1981). Outras terminologias foram utilizadas, como Psicologia Profunda, Psicologia Complexa, Psicologia Simbólica, Psicologia Arquetípica etc., que além de não expressarem a natureza da teoria, caíram em desuso ou se constituíram como escolas com certa autonomia teórico-conceitual, como é o caso da Psicologia Arquetípica (Jacobi, 2013). O termo Psicologia Analítica, embora também tenha sido objeto de várias críticas e não ser semanticamente mais adequado do que os outros apresentados anteriormente, foi o mais usado por Jung e tem sido o mais utilizado no meio acadêmico. Destaca-se que, ao não

vincular a teoria ao seu autor seminal, abre-se a possibilidade de pensá-la como um campo teórico dinâmico, em contínuo processo de desenvolvimento, para o qual contribuem muitos pensadores, com diferentes perspectivas e em diferentes épocas e culturas. Nesse sentido, assume-se que Jung e a primeira geração de analistas oferecem uma plataforma teórico-prática, a partir da qual é possível promover novos e contínuos desdobramentos.

Verificam-se na literatura diferentes possibilidades e perspectivas de aproximação da Psicologia Analítica. A primeira parte do processo de autoconhecimento do autor enfatizando as vivências subjetivas de aspectos da teoria. Essa perspectiva favorece o surgimento de um sentimento de pertença e de identidade com a teoria, motivado pela experiência analítica e pela filiação às ideias do autor central. A segunda parte da prática clínica enfatizando a compreensão e o manejo de situações clínicas. Essa perspectiva se constrói no diálogo entre a teoria e os fenômenos emergentes no cotidiano profissional, no sentido de promover modos eficientes de atenção psicológica. E, por último, a perspectiva acadêmica, caracterizada pela reflexão crítica da teoria, evidenciando os desenvolvimentos do campo teórico e seu potencial explicativo em contextos históricos e culturais distintos e contemporâneos. É a partir dessa perspectiva que o presente artigo se articula.

O processo de construção teórica de Jung era predominantemente intuitivo. A sua forma de pensar era circular, explorando os temas com idas e vindas, como se estivesse tentando abordar o fenômeno a partir de múltiplas perspectivas. Nesse processo, as formulações conceituais não ocorrem de forma fechada, podendo resultar em certa imprecisão, mas favorece o desenvolvimento e a incorporação de outros aportes teóricos, revelando o

potencial da teoria para atualizar e abarcar fenômenos emergentes.

A Psicologia Analítica nasce na Europa, no fim do século XIX e início do XX, período marcado pelos ideais iluministas, pelo crescente processo de industrialização e ascensão de uma nova classe social, pelo fortalecimento dos Estados-Nações e seu decorrente nacionalismo. Momento em que a Psicologia está se estruturando como ciência sob forte influência, por um lado, do positivismo e dos métodos das ciências naturais e, de outro, das várias correntes filosóficas aliadas às emergentes ciências sociais.

Assim como a Psicanálise, a Psicologia Analítica tem sua gênese na prática clínica, tanto como campo teórico quanto como método de investigação e intervenção psicológica. Insere-se no conjunto das teorias da personalidade que, na primeira metade do século passado, buscaram, a partir de diferentes perspectivas, identificar e descrever o desenvolvimento e a organização interna do indivíduo. Em consonância com a ciência da época, essas teorias partiram de premissas universalistas, com bases biológicas ou estruturalistas, deixando em segundo plano as dinâmicas sociais e culturais na constituição da personalidade.

Também como a Psicanálise e outras teorias que se estruturaram no contexto clínico, a Psicologia Analítica se expande como modelo explicativo para outras dimensões da vida humana, entre elas o estudo da cultura e das sociedades. Tanto Freud quanto Jung foram profundamente marcados pelo seu tempo, particularmente pelas duas grandes guerras que colocaram em xeque a cultura e a sociedade europeia do século XIX. Freud morre no início da segunda guerra, depois de ter sido duramente atingido por ela. E Jung morreu 16 anos após o seu término, quando o processo de revolução cultural, iniciado no pós-guerra, começava a ganhar dimensões mundiais. Ambos pressentiram

o fim de uma época. De modo mais pessimista, Freud (2010) anunciou o fracasso da civilização. Jung, por sua vez, pôde vislumbrar o nascimento de um novo momento histórico e de uma nova ciência.

O desenvolvimento da ciência e, mais especificamente da Psicologia, decorre de processos históricos que, ao longo do tempo, promovem mudanças na sociedade e na cultura. Na década de 1960 eclodem movimentos revolucionários na arte, na política, no comportamento, na ciência etc., que afetarão todas as dimensões da vida humana. As teorias psicológicas passam a questionar as grandes narrativas com pretensões universalistas e a incorporar, de forma mais expressiva, as categorias socioculturais. As teorias da personalidade passam a conviver com as teorias da subjetividade, que se preocupam menos com a organização interna da personalidade, dando mais importância aos processos de constituição da subjetividade na interação do sujeito com a cultura e com a sociedade.

As novas formas de sociabilidade que surgem com o desenvolvimento da tecnologia, com a globalização, com o afloramento da lógica do consumo, entre outros, demandam novas teorias explicativas. Nesse contexto, impõe-se o desafio de revisar os campos teóricos existentes, visando identificar o seu potencial explicativo diante dos fenômenos psicossociais contemporâneos, o que também se aplica à Psicologia Analítica.

Arquétipo e individuação

No âmbito deste artigo, pretende-se colocar em perspectiva dois conceitos centrais da Psicologia Analítica: arquétipo e processo de individuação. Com isso, objetiva-se construir possibilidades teóricas para a compreensão das relações entre as condições histórico-culturais da contemporaneidade e o sofrimento humano.

Para a discussão do conceito de arquétipo, toma-se como referência a revisão realizada por Jolande Jacobi (1957) em seu livro *Complexo, Arquétipo e Símbolo*, por meio da qual ela demonstra que o conceito de arquétipo sofreu muitas alterações e ampliações ao longo do desenvolvimento teórico de Jung, salientando que a natureza do arquétipo não permite uma abordagem direta e definitiva. Devido à complexidade desse fenômeno, é necessário realizar múltiplas aproximações que permitam “circunscrevê-lo”, não descrevê-lo. Na obra de Jung, verificam-se diversas formulações sobre o arquétipo, entre elas: como dominantes estruturais da psique, como imagens originárias, como padrões de comportamento, como fatores e motivos que coordenam os elementos psíquicos no sentido de determinadas imagens, como processos dinâmicos etc. Apesar da diversidade de formulações, alguns aspectos do arquétipo se apresentam com mais estabilidade (Jacobi, 1957; Samuels, 1989; Pieri, 2002).

1. Os arquétipos são dados à estrutura psíquica na forma de possibilidades latentes como fatores biológicos e/ou fatores histórico-culturais. São prontidões psíquicas, tendências inatas à realização de determinadas ações e/ou imagens, que são resultado do processo evolutivo da espécie humana. Estão, portanto, limitados às experiências universais como nascer, morrer, a maternidade, a paternidade, a infância, a velhice, o desenvolvimento, a sobrevivência etc.
2. Os arquétipos apresentam uma condição estrutural da psique que, sob determinada constelação, interna ou externa, são capazes de produzir as mesmas formações, o que não tem a ver com a transmissão hereditária de imagens.

As imagens têm semelhanças porque se baseiam no mesmo princípio formador.

3. Enquanto conjunto de prontidões vazias de conteúdo, o arquétipo em si se situa na esfera psicoide, ou seja, anterior à psique. Para que seja reconhecido e integrado à consciência, o arquétipo precisa ganhar apresentabilidade por meio de uma imagem (imagem arquetípica) cuja forma se constitui por meio de elementos oriundos da experiência do indivíduo.

4. Os arquétipos podem se manifestar simultaneamente em vários planos, fisiológico (emoção, comportamento), no plano psicológico (imagem) e no plano social (cultura) devido ao fenômeno da sincronicidade. Do ponto de vista do desenvolvimento humano, à medida que os processos maturacionais passam a exercer menor influência no comportamento e no funcionamento mental no final da adolescência, os processos de natureza psíquica e social passam a ser elementos reguladores mais importantes.

5. Sendo o arquétipo em si uma possibilidade e não uma manifestação, para que ele seja ativado e presentificado na psique são necessárias duas condições: um fator ativador, que pode ser de diversas naturezas (biológica, intrapsíquica, interpsíquica, histórica e cultural), e uma forma correspondente à sua dinâmica e ao seu campo de experiência. Por isto, não é possível pensar no desenvolvimento psicológico como um desdobramento natural da matriz arquetípica no plano intrapsíquico. O processo de desenvolvimento psicológico, pensado em termos da

individuação, só se verifica por meio da tensão gerada entre o potencial arquetípico e sua atualização dada pela experiência subjetiva e intersubjetiva em determinado contexto histórico e cultural. Esses fatores são interdependentes e constituintes da subjetividade a cada momento.

O conceito de individuação, assim como o de arquétipo, assume diferentes sentidos na obra de Jung: experiência rara de confronto com o inconsciente, fenômeno limite que necessita de condições especiais para se tornar consciente, processo de realização do Si-mesmo, fenômeno inconsciente que se exprime espontaneamente no simbolismo, processo evolutivo da psique, base da compensação psicológica, realização espontânea do homem total, exigência psicológica imprescindível etc. (Jung, 1977, 1991, 1993, 2008). Além dos aspectos intrapsíquicos evidenciados nessas definições, Jung (2008, pp. 60-61) indica também a dimensão coletiva desse processo.

A individuação [...] significa precisamente a realização melhor e mais completa das qualidades coletivas do ser humano; é a consideração adequada e não o esquecimento das peculiaridades individuais, o fator determinante de um melhor rendimento social. A singularidade de um indivíduo não deve ser compreendida como uma estranheza de sua substância ou de seus componentes, mas sim como uma combinação única, ou como uma diferenciação gradual de funções e faculdades que em si mesmas são universais.

A individuação envolve dois subprocessos complementares, a *diferenciação* e a *integração*, e ocorre em dois níveis psíquicos, o *intrapsíquico* e *interpsíquico* (Pieri, 2002). Sendo a matriz arquetípica uma rede de potencialidades indiferenciadas que constitui um todo em

estado latente, para que esta seja assimilada à consciência é necessário, primeiro, que ocorram processos de discriminação por meio da fragmentação e da polarização da totalidade em opostos complementares. Uma vez discriminadas as polaridades, é possível integrá-las à personalidade como partes diferenciadas e, ao mesmo tempo, inter-relacionadas de si mesmo.

No nível intrapsíquico, o processo de diferenciação visa, de um lado, à discriminação do EU e da PERSONA e, de outro, do EU e do SI MESMO, dimensões psíquicas que ao serem reconhecidas podem ser integradas como componentes da personalidade.²

A dissolução da persona é, portanto, uma condição indispensável da individuação. É impossível também que a individuação se processe mediante uma intenção consciente, pois esta conduz a uma atitude típica que exclui tudo o que não é apropriado a ela. A assimilação dos conteúdos inconscientes leva, pelo contrário, a um estado em que a intencionalidade consciente é excluída e substituída por um processo de desenvolvimento que se nos afigura irracional. (Jung, 2008, p. 159)

No nível intersubjetivo, o processo de diferenciação ocorre entre o EU e o OUTRO-MUNDO, permitindo, ao mesmo tempo, o reconhecimento da singularidade e da coletividade em cada indivíduo. Nesse processo, a meta não é a cisão ou a oposição ao OUTRO, e sim a possibilidade de uma relação de reciprocidade e alteridade. Ou seja, o ponto de vista individual não deve ser orientado como oposição às normas coletivas, mas sim como diverso, de modo que a divergência entre esses pontos de vista possa ser entendida como potencialidade de

² “A meta da individuação não é outra senão a de despojar o si-mesmo dos invólucros falsos da persona, assim como do poder sugestivo das imagens primordiais” (Jung, 2008, p. 61).

reconhecimento recíproco e de interação criativa entre indivíduo e sociedade.

Segundo Pieri (2002), no início do processo de individuação, os estereótipos culturais em que o sujeito está originalmente imerso e com os quais mantém um estado de identidade são percebidos como obstáculos e impedimentos para a realização da individualidade. Portanto, o tensionamento entre individualidade e coletividade é fundamental para a ativação do subprocesso de diferenciação em relação ao coletivo.

O subprocesso de diferenciação é uma experiência dolorosa, pois implica a perda de um estado de identidade com o todo e a decorrente vivência da separação, da solidão e do não pertencimento. Para superar essa cisão, é necessário reconhecer e integrar o OUTRO como parte diversa de si mesmo, o que implica numa relativização do EU e da própria individualidade. Nesse sentido, a individuação é um fenômeno paradoxal, pois quanto mais o indivíduo se percebe diferente do coletivo, mais ele necessita se reconhecer como parte de uma coletividade que transcende o seu EU. O processo de individuação não deve, portanto, levar ao isolamento, mas sim a um relacionamento coletivo mais intenso e mais abrangente (Jung, 1991).

Considerando que o sofrimento é inerente ao processo de individuação e que este é ativado, intra e intersubjetivamente, por meio do tensionamento EU-OUTRO, para entendermos as condições históricas do sofrimento humano é necessário compreender como se configura esse OUTRO tanto no âmbito do sujeito quanto nos contextos histórico-culturais em que ele está inserido. É nesse tensionamento que se revelam as dimensões conscientes e inconscientes do arquétipo ativado em dados momentos ou situações de vida.

Individuação e sofrimento na contemporaneidade

Com o objetivo de identificar as constelações arquetípicas atuais e problematizar a relação entre as condições histórico-sociais contemporâneas e o sofrimento humano, recorre-se a duas categorias da Sociologia Histórica: a modernidade e a pós-modernidade, entendendo-as como hipóteses teóricas para explicar tendências socioculturais evidenciadas em dois momentos históricos específicos. A partir dessas categorias, busca-se entender a relação EU-OUTRO nos contextos intra e intersubjetivo e evidenciar padrões coletivos compensatórios nas patologias, nos fenômenos políticos e nas manifestações artísticas da contemporaneidade.

A modernidade tem sido descrita como o período que teve início entre os séculos XVI e XVII com o surgimento de uma nova racionalidade que se materializa na ciência moderna e na sua integração às esferas econômica, política, cultural e social. São características desse período a ordem racional, a ideia de progresso, a objetividade, a certeza e a segurança das tradições, os sistemas únicos de leitura da realidade expressos nas grandes narrativas e nas teorias de caráter universalista, a busca da verdade unívoca e dos fundamentos definitivos de explicação, as fronteiras e o nacionalismo, os projetos de longo prazo, o poder centralizado e as hierarquias bem definidas, instituições e identidades sólidas, as distinções claras entre o público e o privado, papéis sociais e de gênero bem definidos, entre outros (Bauman, 1998).

A pós-modernidade, por sua vez, é o período cujo marco inicial é o fim da segunda guerra mundial. Neste, a sensação de estabilidade e previsibilidade do mundo do moderno é abalada pelas profundas mudanças políticas, sociais e culturais ocorridas no pós-guerra. Essas mudanças ganham mais visibilidade e passam a ser problematizadas no campo científico e filosófico a partir das décadas de 1960 e

1970. Alguns fenômenos que caracterizam esse período são: a globalização, as comunicações de massa e o ciberespaço, a mobilidade, a flexibilidade, a fluidez, a relativização das teorias universalistas e a valorização das narrativas locais e contextualizadas, a diversidade e a complexidade, as rupturas de fronteiras e barreiras, os projetos de curto prazo e o imediatismo, a descentralização e a extraterritorialidade do poder, o individualismo, a sociedade do espetáculo, a imprevisibilidade e a lógica do consumo (Bauman, 1998).

Giddens (2001) se refere a esse período como “modernidade tardia” ou “ordem pós-tradicional”. Esta é caracterizada pelo alto grau de erosão dos hábitos e costumes tradicionais que acarretam mudanças radicais na vida social cotidiana. Os intensos processos de descontextualização provocados pela virtualização da experiência humana e a perda de pontos de vista de ancoragem geram angústia e insegurança. Com a despotencialização das tradições, o indivíduo tem o desafio de fazer escolhas e constituir a sua identidade a partir de referenciais internos.

Na modernidade, o sofrimento psíquico está relacionado à repressão, ao excesso de controle social e moral sobre os indivíduos, à regulação da sexualidade pela moralidade judaico-cristã, à rigidez da personalidade, à limitação da expressão da individualidade e da criatividade. No plano intrasubjetivo, a relação EU-OUTRO é vivenciada de forma polarizada, de um lado a organização egoica rígida, unilateral, onipotente e, de outro, o inconsciente ameaçador. As patologias que marcaram essa época refletem essa polarização. Na neurose, a organização psíquica é caracterizada pela rigidez do ego e a tensão compensatória gerada pela repressão da dimensão instintiva da psique. Na psicose, essa dimensão invade e fragmenta o ego, ou, em outros termos, ocorre a dissolução do EU no OUTRO.

No plano intersubjetivo, o EU se confronta com OUTRO-MUNDO bem delimitado, com características e normas bem definidas, com figuras de referência que personificam o Estado, a moral, a religiosidade, a intelectualidade, as instituições, o inimigo, enfim, figuras que oferecem um contorno a partir do qual a individualidade pode ser discriminada.³ Observam-se no âmbito da arte e da política movimentos compensatórios ao padrão arquetípico centralizador, ordenador e autoritário dominante na consciência coletiva da época. Na arte, a diluição da forma, a fragmentação do espaço e a relativização do tempo presentes em movimentos culturais como o dodecafonismo, o surrealismo e o abstracionismo indicam uma tentativa de ruptura de limites e podem ser entendidos como uma resposta do inconsciente coletivo a uma sociedade enrijecida (Jung, 1977). Na esfera política, nesse período são formuladas utopias revolucionárias, que postulam o fim das estruturas sociais hierarquizadas, a igualdade social, a democracia participativa, o estado laico e liberal, a liberdade de expressão, os direitos individuais, ideias que anunciam muitas das transformações sociopolíticas que ocorreram no pós-guerra.

Na pós-modernidade, o padrão cultural predominante indica um movimento oposto. A diluição das fronteiras materiais e simbólicas decorrentes do processo de globalização, da cultura de massa, da cibercultura, da liberdade de expressão da individualidade e das subculturas, da fluidez da identidade e dos papéis sociais, da invisibilidade dos agentes de controle social, da mediação tecnológica das relações interpessoais, entre outros fenômenos, favorecem a

³ Han (2015) utiliza a metáfora da imunologia para descrever o paradigma da modernidade. Nele, o OUTRO é percebido como ameaça e tudo o que é estranho tem que ser eliminado em virtude da sua alteridade.

criação de um cenário hiper-real que leva o indivíduo a crer que a realidade criada virtualmente é real (Braudrillard, 1991). Esta lhe oferece a ilusão de uma liberdade absoluta e da satisfação ilimitada e imediata dos seus desejos.

No plano intrapsíquico, observa-se a exacerbação do narcisismo, resultante de uma relação EU-OUTRO frágil e fluida, que não produz o tensionamento necessário à diferenciação. A ausência da alteridade indica que nossa época é pobre em produzir a diferença (Han, 2015). Nesse caso, prevalece o estado de identidade que mantém o ego refém do inconsciente e, por consequência, dos fenômenos de massa. Um espectro de patologias contemporâneas está relacionado à falta de fronteiras decorrente da fragilidade da construção do EU e do OUTRO. Entre elas, a psicopatia e o transtorno de personalidade *boderline*, quadros clínicos em que a configuração egoica não se estabelece por meio de uma relação de alteridade. Na psicopatia, há uma cisão emocional que impede a percepção empática do OUTRO como sujeito, ou seja, o que prevalece é a perspectiva do EU que se impõe ao OUTRO que é reduzido a um objeto. No transtorno *bordeline*, as fronteiras entre o EU e o OUTRO não estão bem estabelecidas, prevalecendo um estado de indiscriminação, de identidade e de baixa adaptação social.

Os transtornos alimentares, como a bulimia e a anorexia, são também expressões de uma relação mal estabelecida com o OUTRO-MUNDO. Nesses quadros clínicos, parece ocorrer uma rejeição absoluta do mundo como expressão radical do individualismo e da autossuficiência.⁴ Nada que está fora pode

ser assimilado e sustentado pelo indivíduo, que, literalmente, se esvazia e acaba perdendo a sua forma no mundo.

Na dimensão intersíquica, o confronto com o OUTRO-MUNDO mediado pela tecnologia aprisiona o sujeito a uma realidade virtual que fomenta a sua onipotência e individualismo. Na falta de OUTROS bem definidos que ofereçam contornos e limites ao EU, o EU se impõe fazendo crer que o mundo é a expressão de seu universo interior. Na ausência do OUTRO, o indivíduo crê produzir a si mesmo, mas permanece identificado inconscientemente com tendências coletivas (Han, 2015). A liberdade individual, a autodeterminação, a autonomia do indivíduo e a soberania do desejo, veiculadas pela cultura contemporânea, na realidade se revelam armadilhas, que promovem um estado de alienação necessário à manutenção da lógica de consumo (Bauman, 1998).

No ciberespaço, é possível assumir diferentes identidades, agredir ou seduzir impunemente, declarar amizades ou “deletar” amigos, fazer revoluções sem confrontar pessoas. Nesse universo, o indivíduo visualiza continuamente aquilo com o que se identifica, multiplicando, assim, o igual, nunca o diferente ou o OUTRO.

Sem a presença do outro, a comunicação degenera em um intercâmbio de informação: as relações são substituídas pelas conexões, e assim só se conecta com o igual; a comunicação digital é somente visual, perdemos todos os sentidos; vivemos uma fase em que a comunicação está debilitada como nunca: a comunicação global e dos *likes* só tolera os mais iguais; o igual não dói! (Han citado por Geli, 2018, par. 6)

Enquanto na era moderna, retratada por George Orwell em seu livro *1984*, a sociedade era consciente de que estava sendo dominada, hoje não temos nem essa consciência de dominação (Geli, 2018). O

⁴ Ao discutir a sociedade da informação contemporânea, Han (2015, p. 15) afirma: “Em tempos de carestia, a preocupação está voltada para a absorção e assimilação. Em épocas de superabundância, o problema volta-se mais para a rejeição e expulsão”.

cenário político vem se tornando uma mera fachada para interesses invisíveis. No lugar de disputas ideológicas entre sujeitos e grupos socialmente reconhecíveis, temos os interesses impessoais ditados pelo mercado. A consequência disso é que não há mais contra quem direcionar a revolução e demarcar novos territórios.

Na arte contemporânea, a vida comum ganha relevância. As instalações, a arte de rua, a arte popular, a obra interativa, entre outras manifestações artísticas, colocam o espectador de volta à cena cotidiana, o que inclui toda a sua imprevisibilidade, limitação e complexidade de relações e significados. O indivíduo é convidado a refletir de modo vivencial e subjetivo sobre a obra de arte e não apenas a contemplá-la a partir de uma perspectiva estética distanciada. Nesse sentido, a arte contemporânea parece indicar um movimento compensatório que visa reconectar as pessoas à sua realidade social, ao tecido afetivo e simbólico das relações e das trocas humanas no dia a dia.

No plano político, observa-se o ressurgimento de projetos conservadores, neonacionalistas, neofacistas, que pressupõem a existência de governantes autoritários capazes de impor a ordem por meio da força e da hegemonia – de classe, raça, credo e gênero –, excluindo da esfera política a noção de diversidade e diferença. Vivemos um momento histórico de tamanha incerteza que as pessoas parecem estar impelidas, inconscientemente, a buscar fora de si uma ordem salvadora, uma referência que favoreça o tensionamento EU-OUTRO e, por consequência, o processo de individuação. Entretanto, a constelação de um padrão arquetípico dessa natureza pode ter consequências devastadoras para a sociedade, resultando em estados de dissolução da consciência na psique coletiva (Jung, 1993).

Eco e Narciso

Na mitologia, tanto Eco como Narciso representam aspectos que interrompem o processo de individuação. Condenada a repetir incessantemente a fala do outro, Eco esvazia-se de sentido ao perder a possibilidade de se expressar, de construir uma narrativa sobre si e ser reconhecida como sujeito. Na outra polaridade, ao enxergar e refletir somente a si mesmo, Narciso acaba se afogando na própria imagem. Ambos não estabelecem uma relação de alteridade com o OUTRO, o que os mantém em um estado de indiferenciação e inconsciência. Ambos se desumanizam, transformando-se em elementos da natureza, ela em pedra, ele em flor.

No mundo contemporâneo, as interações humanas mediadas por máquinas e aparatos tecnológicos têm substituído as interações interpessoais. Entretanto, a máquina está programada para nos silenciar, pois a ela não cabe reconhecer e dar voz a nossa singularidade. O seu objetivo é fazer que assimilamos a informação de forma passiva e acrítica. Quando ligamos para um amigo, para uma empresa ou setor público e somos atendidos por uma máquina, resta-nos aceitar o conjunto de possibilidades que ela nos oferece. Nessa situação, não há como manifestar aspectos particulares da nossa experiência, que são inviabilizados pela falta de interação humana. Somos reduzidos a máquinas, sem pensamento, sem história, sem sentimentos, restando-nos apenas, a exemplo de Eco, aceitar e reproduzir mecanicamente a informação ofertada.

Esse mecanismo está presente em todos os sistemas de comunicação de massa que adotam uma lógica unilateral de emissão de informação. Nesse sentido, com a sua imensa capilaridade social e poder de persuasão, a televisão tem sido utilizada como meio de manipulação e alienação. Os telespectadores recebem passivamente um conjunto de informações que passam a ser incorporadas à sua

perspectiva de mundo e a serem ecoadas inconscientemente nas suas interações, intra e intersubjetivas.

A crescente mediação da comunicação por meio de computadores e celulares tem produzido mudanças significativas nas interações interpessoais. Mensagens e postagens impessoais e estereotipadas se multiplicam exaustivamente e criam a fantasia de expansão da rede de relacionamentos, mas que, ao contrário, se revela cada vez mais frágil e virtual.

Em todas essas situações mediadas pela máquina, observamos a ausência de um componente essencial ao desenvolvimento do indivíduo, a interação emocional e simbólica com o OUTRO. Em seu livro *O Desenvolvimento da Personalidade*, Jung (1981) trata desse tema e alerta para o perigo da relação mãe-filho privada da afetividade e da fantasia. Mães que tratam os filhos a partir de perspectivas generalizantes e impessoais paralisam o desenvolvimento de sua individualidade. As respostas mecanizadas e intelectualizadas da mãe em relação ao filho não favorecem que ele construa uma narrativa singular sobre a sua experiência e se reconheça como alguém diferenciado, restando-lhe a alternativa de corresponder às expectativas coletivas.

A substituição das interações pessoais mediadas pelas trocas afetivas, materiais e simbólicas por interações mecânicas e impessoais gera um grande prejuízo para a sociedade e para a constituição da subjetividade. Não nascemos humanos, tornamo-nos humanos, o que significa que o humano em nós é resultado de um processo realizado ao longo da vida por meio da interação indivíduo-cultura-sociedade. O que nos torna humanos é a possibilidade de nos reconhecer no OUTRO, ou, em outras palavras, é a humanidade do OUTRO que nos humaniza. Para que isso ocorra, é necessário o encontro afetivo entre pessoas e grupos.

Do ponto de vista de Narciso, o OUTRO é o reflexo de si mesmo, uma condição autoerótica que mantém o indivíduo aprisionado a uma perspectiva infantil e indiferenciada, dissociada do meio social. Atualmente, observamos que as paisagens e cenas cotidianas estão sendo substituídas por autorretratos (*selfies*). Às pessoas, importa cada vez menos o mundo como cenário de vida e de desenvolvimento pessoal, como possibilidade de construção da alteridade. No lugar do mundo, colocam em evidência os seus corpos customizados como objetos a serem ofertados no mercado global do consumo. A lógica do consumo é a da identidade, portanto se a imagem autoconstruída é consumida ela é também retroalimentada, mantendo o indivíduo aprisionado a uma fantasia de si mesmo.

Para que haja desenvolvimento psicológico, a experiência da alteridade é necessária, ou seja, a individuação demanda a construção da relação EU-OUTRO. A psicoterapia nasce do reconhecimento dessa necessidade e operacionaliza o encontro humano com fins terapêuticos. O papel de interlocutor assumido pelo terapeuta e sua conexão emocional com o paciente oferecem, ao mesmo tempo, um contexto de acolhimento e alteridade necessários ao processo de individuação.

A psicoterapia surge em um momento histórico em que o indivíduo estava submerso em um mundo altamente regulamentado. Nesse contexto, o foco terapêutico era o desenvolvimento e o fortalecimento da individualidade a partir da diferenciação e da relativização das perspectivas coletivas hegemônicas. No mundo contemporâneo, caracterizado pela fluidez e pelo individualismo, a individuação deve ser promovida por meio da reconexão emocional do indivíduo com o OUTRO, não numa relação de identidade, e sim numa relação de alteridade, na qual o OUTRO possa

oferecer os contornos necessários para a realização de si mesmo.

Considerações finais

Enquanto na modernidade o homem sofria pelo excesso de rigidez e de controle, na atualidade sofre pelo excesso de fluidez e falta de referências. O controle e a repressão que antes vinha do OUTRO agora devem ser realizados pelo indivíduo por meio do autoconhecimento. A história demonstra que o desenvolvimento da civilização ocorre em ciclos e a passagem de um ciclo a outro só é possível quando o esgotamento de um padrão dominante desencadeia um movimento de mudança. Por meio dos conceitos de arquétipo e individuação, a Psicologia Analítica oferece-nos ferramentas importantes para refletir sobre esses processos, tanto no plano individual como no coletivo. A constelação de um arquétipo sempre ocorre por meio da polarização. O individualismo e o coletivismo extremos, considerados como opostos, evidenciam aspectos negados ou que jamais estiveram na consciência. Nesse sentido, para que os conflitos presentes na atualidade produzam a transformação da sociedade e do indivíduo, será necessário que ocorra uma solução criativa por meio da integração dos aspectos inconscientes da nossa cultura. Qual seria então a sociedade ou o indivíduo das próximas gerações? Diante das polarizações discutidas neste artigo, seria possível visualizar uma condição ideal, na qual as diferenças individuais se expressem em um contexto de interação e complementaridade, na qual o ego seja ao mesmo tempo bem delimitado e flexível, capaz de assimilar continuamente as respostas instintivas desencadeadas interna e externamente em seu devir histórico.

Referências

- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Braudrillard, J. (1991). *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Freud, S. (2010). *O mal-estar na civilização: novas conferências introdutórias à Psicanálise e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Geli, C. (2018). Byung-Chul Han: "Hoje o indivíduo se explora e acredita que isso é realização". *El País*. Recuperado em 20 março, 2019, de https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/07/cultura/1517989873_086219.html.
- Giddens, A. (2001). *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta.
- Han, B. C. (2015). *Sociedade do cansaço*. São Paulo: Vozes.
- Hillman, J. (1981). *Estudos de Psicologia Arquetípica*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- Jacobi, J. (1957). *Complexo, arquétipo e símbolo na Psicologia de C. G. Jung*. São Paulo: Cultrix.
- Jacobi, J. (2013). *A Psicologia de C. G. Jung: uma introdução às obras completas*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (1977). *O homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Jung, C. G. (1981). *O desenvolvimento da personalidade*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (1991). *Tipos psicológicos*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (1993). *Civilização em transição*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2008). *O Eu e o inconsciente*. Petrópolis: Vozes.
- Pieri, P. F. (2002). *Dicionário junguiano*. São Paulo: Paulus.
- Samuels, A. (1989). *Jung e os pós-junguianos*. Rio de Janeiro: Imago.

Recebido em: 15/4/2019
Aprovado em: 30/4/2019